



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 112/2021)

Dê-se ao Título IV do Livro XXII do PLP nº 112, de 2021, a seguinte redação:

“TÍTULO IV DO CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E DE RAÇA

Art. 872. Praticar violência política de gênero e de raça.

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

§ 1º Considera-se violência política de gênero e raça toda e qualquer ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou através de terceiros que, por razão de identidade de gênero, orientação sexual, raça, cor ou etnia representa uma ameaça para a democracia ao causar dano ou sofrimento a uma ou a várias pessoas, disseminando discurso de ódio ou com o propósito de:

I - impedir, obstaculizar ou restringir direitos políticos;

II - fazer qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude de gênero, orientação sexual e raça;

III - assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidatura a cargo eletivo, pessoa detentora de mandato eletivo, bem como sua assessoria, no acesso às instâncias de representação política e no exercício de funções públicas ou eleitorais, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, LGBT+, cor, raça ou etnia, com o fim de impedir ou de dificultar campanha eleitoral ou o desempenho de mandato eletivo;

IV – conferir tratamento discriminatório em virtude de identidade de gênero, raça ou etnia, orientação sexual.

§ 2º São atos de violência política de gênero e raça a violência física, sexual, psicológica, moral, institucional, econômica ou simbólica.

§ 3º As autoridades competentes priorizarão o imediato exercício do direito violado, conferindo especial valor probatório às declarações da vítima e aos elementos indiciários.

§ 4º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço), se o crime é cometido contra pessoa:

I – gestante;

II – maior de 60 (sessenta) anos;

III- com deficiência.

§ 5º A pena cominada neste artigo aumenta de 1/3 (um terço) a metade se o crime é cometido:

I – na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa;

II – por intermédio da internet ou de rede social ou com transmissão em tempo real.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda procede a diversas alterações no título que trata do crime de violência política contra a mulher. Em primeiro lugar, utilizamos a expressão “de gênero” no lugar de “contra a mulher” por ser mais abrangente e proteger também a vítima que sofrer violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual. Ademais, é preciso ampliar o combate à violência política também em razão de raça, para que seja possível enfrentar efetivamente a sub-representação na esfera político-partidária.

A modificação também busca reconhecer a existência das discriminações como um impeditivo à igualdade de oportunidades, ao mesmo

tempo que coíbe expressamente sua prática. A violência política LGBTfóbica, motivada por gênero e orientação sexual, é uma realidade. Segundo levantamento realizado pelo VoteLGBT e entregue à Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos, nas eleições de 2022, foram identificados 62 casos de violência relatados pelas próprias candidaturas LGBTQIA+ em suas redes sociais. Havia tanto relatos de ataques LGBTfóbicos, racistas, machistas, de intolerância política, quanto de restrição do acesso a recursos partidários, como financiamento e visibilidade.

A violência política não se manifesta apenas diretamente em relação a quem exerce mandato ou registra candidatura, mas também por extensão à sua assessoria, que, geralmente é composta por pessoas com o mesmo perfil alvo de violência que essa figura política representa. Da mesma forma, é preciso proteger os mandatos coletivos, em que os comandatários, que muitas vezes ocupam oficialmente cargos de assessoria nos mandatos, também são alvos de ataques.

É preciso reconhecer, ainda, as diferentes dimensões da violência política, em paralelo ao que já foi feito pela Lei Maria da Penha, quando tratou da violência doméstica.

Sala da comissão, de de .

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)